

# RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO

## Prefeitura Municipal de Divino – MG Prestação de Contas Anual Exercício de 2014

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal art. 59 da Lei Complementar nº. 101 art. **63 a 66 da Lei** Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto no art. **92** da Instrução Normativa 03/2014 do TCE/MG), combinados com os artigos 75 a 80 da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, apresenta-se o **RELATORIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO**, parte integrante da prestação de contas referente ao **EXERCÍCIO DE 2014**, que tem como objetivo demonstrar a avaliação dos resultados quanto:

- avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- avaliação dos resultados quanto à eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- análise do cumprimento dos limites e condições para a realização de operações de crédito;
- análise da observância dos limites para inscrição das despesas em restos a pagar e dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal;
- avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e serviços públicos da saúde, nos termos dos dispositivos Constitucionais e da Lei Orgânica do Município;
- informações quanto a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo;
- avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos e processos Administrativos ou tornadas de contas especiais instaurados no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e data de comunicação ao Tribunal de Contas.

O Chefe de Controle Interno procedeu um acompanhamento e fiscalização no Processo de arrecadação de receitas, ordenamentos de despesas e demais atos e procedimentos administrativos praticados pela Prefeitura Municipal no período de janeiro a dezembro de 2014.

Os documentos analisados foram as ordens de compra, notas de empenho, notas fiscais, processos licitatórios, relatórios contábeis e outros.

## **1 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS.**

### **1.1 - PLANO PLURIANUAL**

As metas previstas no Plano Plurianual para o quadriênio 2013/2017 do Município de Divino foram estabelecidas na Lei Municipal nº1851/2013.

A arrecadação de Receitas do nosso Município, *não se efetivou de modo esperado* sendo portanto *insuficiente* para cumprir o Plano Plurianual mas as despesas estavam previstas dentro do plano.

## 1.2 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

As metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram instituídas pela Lei Municipal nº1881/2014.

## 2 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.

### 2.1 - ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O Orçamento do Município de Divino para o exercício financeiro de 2014 foi elaborado conforme disposições contidas na Lei 4.320/64 e demais legislações pertinentes, e foi aprovado através da Lei nº 1.846/2014.

A receita foi estimada em R\$39.958.600,00 (trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos reais) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo,

#### LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR R\$	VALOR DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR R\$
Receitas Correntes	40.826.000,00	Despesas Correntes	33.433.400,00
Receitas de Capital	2.429.000,00	Despesas de Capital	6.034.800,00
Dedução do FUNDEB	-4.043.400,00	Reserva de Contingência	490.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>39.958.600,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>39.958.600,00</b>

### CREDITOS ESPECIAIS

Os Créditos Especiais atingiram o valor de **R\$161.845,54 (cento e sessenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme Disposto no Demonstrativo Abaixo.

Demonstrativo dos Créditos especiais autorizados no exercício de 2014.

## 3 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIENCIA FINANCEIRA E EFICÁCIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Em síntese, a execução orçamentária e financeira no exercício financeiro de 2014 assim se processou:

#### RECEITA E DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR R\$	VALOR DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR R\$
Receitas Correntes	36.654.208,90	Despesas Correntes	31.236.925,52
Receitas de Capital	5.840,99	Despesas de Capital	4.189.893,48
Dedução do FUNDEB	-3.672.617,81		
Déficit	-2.439.386,92	Superávit	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>35.426.819,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>35.426.819,00</b>

### BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIO	
ORÇAMENTÁRIOS	36.654.208.90	ORÇAMENTÁRIOS	35.426.819.00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	6.750.484.90	EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.614.653.91
DISPONÍVEL NO PERÍODO ANTERIOR	9.732.817.17	DISPONÍVEL PARA O PERÍODO SEGUINTE	9.429.261.24
<b>TOTAL</b>	<b>50.670.734.15</b>	<b>TOTAL</b>	<b>50.670.734.15</b>

#### **4 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO A EFICIENCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL.**

De forma resumida, o Patrimônio da Prefeitura no exercício de 2014 assim se apresentou:

##### **4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS		TÍTULOS	
FINANCEIRO	5.831.974.16	FINANCEIRO	2.609.828.41
PERMANENTE	5.821.350.80	PERMANENTE	5.182.072.22
SOMA ATIVO REAL	11.653.324.96	SOMA PASSIVO REAL	7.791.900.63
		ATIVO REAL LÍQUIDO	3.861.424.33
<b>TOTAL</b>	<b>11.653.324.96</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.653.324.96</b>

##### **4.2 - MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL**

Os saldos dos bancos conferem com os Extratos Bancários devidamente conciliados em 31/12/2014.

No “Caixa” consta um valor de R\$ 0,00 conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e Termo de Conferência de Caixa.

##### **4.3 ALMOXARIFADO**

Esta Prefeitura não mantém grande quantidade de bens no almoxarifado. Na medida que é feita a requisição o material já vai para a unidade de destino, apenas fica o registro para o controle do consumo de material.

##### **4.4- DIVIDA ATIVA**

A dívida Ativa apurada em 31/12/2014 perfaz um total de R\$1.065.861,45 (um milhão, sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos)

No exercício de 2014, não houve a execução da cobrança administrativa-judicial.

#### **5 - ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CREDITO.**

Foram observados os limites estabelecidos para contratação de operação de crédito no exercício de 2014, conforme autorizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.

## 6 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR.

O Restos a Pagar inscritos no exercício de 2014 foi de R\$3.137.270.71 (três milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e setenta reais e setenta e um centavos).

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes *estão* dentro dos preceitos da Lei Completar nº 101/2000.

## 7 - ANÁLISE DA OBSERVANCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

### DESPESA TOTAL COM PESSOAL

TÍTULOS	2014
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A)	<b>31.240.656.44</b>
GASTOS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO (B)	12.772.940.92
<b>PERCENTUAL APLICADO PELO MUNICÍPIO (B/A)</b>	<b>40,89%</b>

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tornando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, O mês de referenda empenho da folha de pagamento.

O relatório de Gastos com Pessoal demonstra que o Poder Executivo obedeceu aos limites estabelecidos pela LRF.

## 8 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ART. 212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

BASE DE CÁLCULO RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	PERCENTUAL MÍNIMO OBRIGATÓRIO	VLR MÍNIMO OBRIGATÓRIO	PERCENTUAL APLICADO	VALOR APLICADO
19.933.126,25	<b>25,00%</b>	4.983.281,56	26,77%	5.336.502,06

O Município aplicou 26,77% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

## 9 - FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO. DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS E SUA APLICAÇÃO ARTIGO 60, § 5º DO ADCT.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2014
<b>Base de Cálculo – Transferência do FUNDEB</b>	4.436.869,97
<b>Percentual Mínimo a ser Aplicado</b>	60,00%
<b>Valor Mínimo a ser Aplicado</b>	2.662.121,98
<b>Valor Efetivamente Aplicado</b>	3.010.919,63
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>67,86%</b>

O Município aplicou 67,86% na valorização dos Profissionais da Educação, atendendo ao disposto no art. 60, § 5º do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**10 - AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NOS TERMOS DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.**

<b>RECEITA VINCULADA À SAÚDE</b>	19.933.126,25
<b>PERCENTUAL MÍNIMO LEGAL</b>	15,00%
<b>VALOR MÍNIMO LEGAL</b>	2.989.968,94
<b>PERCENTUAL APLICADO</b>	<b>35,25%</b>
<b>VALOR EFETIVAMENTE APLICADO</b>	7.026.528,82

O Município aplicou 35,25% nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, no exercício de 2014, atendendo desta forma a Emenda Constitucional nº 29/00.

**11 - INFORMAÇÕES QUANTO A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
HISTÓRICO	INGRESSO	APLICAÇÃO
SALDO ANTERIOR: 4.488,67	0,00	<b>AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS</b>
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.488,67	

**12 - ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.**

**REPASSE DE RECURSOS PARA A CÂMARA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITA DA CÂMARA – EXERCÍCIO ATUAL	1.200.000,00
ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)	17.369.393,08
7% REPASSE MÁXIMO	1.215.857,52
VALOR REPASSADO	1.200.000,00
VALOR DEVOLVIDO PELA CÂMARA	0,00
VALOR EFETIVO TRANSF. P/ CÂMARA	1.200.000,00

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo representaram 6,91% da Arrecadação do Município e portanto obedeceram o disposto na Emenda Constitucional 25/00.

O Poder Executivo atentou tanto para o limite máximo, quanto para o mínimo.

**13 - AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO.**

No exercício de 2014, não houve nenhum dano ao erário que motivasse a instauração de Tomada de Contas Especial, sindicâncias, inquéritos e processos administrativos.

**14 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, SE HOVER, COM INDICAÇÃO DO VALOR DO DÉBITO, DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A CORREÇÃO DA DÍVIDA, DO NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS OU DE OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS.**

Não houve procedimentos de renegociação de dívida junto ao Instituto de Previdência Municipal – UNIPREV, no decorrer do Exercício de 2014.

#### **15 - REGISTROS DA DÍVIDA DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA FORAM CONCILIADOS COM AQUELES INSERIDOS NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DOS FUNDOS E INSTITUTOS PRÓPRIOS, ESPECIALMENTE NO QUE DIZ RESPEITO A RESTOS A PAGAR, DÍVIDA ATIVA, CONTRIBUIÇÕES A RECEBER E EMPRÉSTIMOS**

Encontra-se devidamente demonstrado no Demonstrativo da Dívida Fundada Interna do Município, constante da PCA/2014.

#### **16 - CONCLUSÃO**

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa n.º 03/2014 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2014.

Trabalhou-se de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades do Município e acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Finalmente, procedeu-se aos exames do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2014, correspondente ao exercício e elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificamos o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo das Receitas mensais para verificação dos limites estabelecidos pela EC 25/00 e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara Municipal em 31 de dezembro de 2014 referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais -TCEMG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO/MG, 31 DE MARÇO DE 2015.

*Responsável pelo Sistema de Controle Interno:*

**FLÁVIO SIQUEIRA DIAS  
CONTROLADOR  
CPF: 946.057.856-04**